

DISSENSO CALCULADO E ECOLOGIA POLÍTICA: CONFLITOS E A CONFIGURAÇÃO DAS AGENDAS AMBIENTAIS PÚBLICA E INSTITUCIONAL

Leonardo Bis dos Santos e Ailton Mota de Carvalho

No Brasil e no mundo a criação de unidades de conservação – UC's tem se mostrado um dos instrumentos políticos de proteção ambiental mais utilizados como forma de frear os alarmantes índices de degradação ambiental. Na consecução desse modelo de política – que agrega arquétipos distintos divididos entre uso sustentável e proteção integral – os conflitos envolvendo os diversos interesses acerca da questão ambiental (ACSELRAD, 2004) são elementos sempre presentes nos debates. A explicitação de conflitos latentes conflui para a configuração da agenda pública e da agenda institucional. Assim, buscamos as inter-relações entre agenda da mídia e agenda pública expressa na hipótese do agenda setting (FERNANDES, 2006). Elevar o debate ao nível da discussão pública permite, entre outros, a composição de novos círculos entre agentes, direcionando para uma maior complexidade do evento, compondo e recompondo o que abordamos como campo (BOURDIEU, 2004).

A inclusão de novos agentes no campo de debates ambientais permite maior mobilização social em torno da temática (VIOLA e LEIS, 1995).

Situamos nossas interpretações em dois níveis que se inter-relacionam diretamente. O primeiro refere-se a um plano mais geral pautado nas mudanças ocorridas no mundo pós década de 1960 – agitações estas estreitamente vinculadas aos movimentos de contestação.

Acerca desses movimentos Hobsbawm (2001) destaca que à medida que a educação se tornou um bem público, a partir das políticas de bem-estar que elevaram os padrões educacionais da época, em conluio com a incapacidade de absorção de determinados segmentos sociais nos ganhos obtidos com o modelo fordista de produção, geraram um ambiente de contestação. Nesse momento histórico um dos temas que emergem nos debates é a defesa do meio ambiente.

O plano mais estrito refere-se à criação da Área de Proteção Ambiental – APA – Costa das Algas e do Refúgio de Vida Silvestre – REVIS – de Santa Cruz no estado do Espírito Santo. Trata-se de duas unidades de conservação marinhas contíguas, em fase final de criação, sendo uma de uso sustentável – a APA – e outra de proteção integral – o REVIS. Representam a primeira experiência no Brasil em unir os modelos de uc's citados em área não continental.

A área agrega zona costeira dos municípios de Serra, Fundão e Aracruz. Estes municípios abrigam parte considerável do parque industrial do estado, com empreendimentos industriais de escala global, dentre os quais destacamos a Aracruz Celulose S/A, Companhia Siderúrgica Tubarão S/A e, mais recentemente com os leilões de blocos petrolíferos, a Petrobras S/A e outras multinacionais ligadas à indústria petrolífera, tendo a intermediação da Agência Nacional de Petróleo – ANP. A pesca representa importante fonte protéica e de renda para as comunidades costeiras da região e, especificamente no município de Aracruz, observa-se ainda a existência de aldeias indígenas Guarani e Tupiniquim em constante disputas por demarcação de terras e conflitos pela manutenção de seu estilo de vida.

Os objetivos desta pesquisa ficaram circunscritos à identificação e ao exame dos conflitos oriundos das discussões em torno dos modelos de políticas públicas de proteção ambiental, tendo em perspectiva a gestão dos recursos naturais como uma política pública de relevância não só do ponto de vista ambiental, mas também social. Focamos o processo de inclusão dos debates na agenda pública e assim descrevemos como as propostas ganham força para entrar no debate institucional.

Metodologicamente, no plano mais geral as interpretações partiram de material bibliográfico sócio-histórico sobre a temática ambiental no mundo. Os materiais apontaram para o recorte temporal com início na década de 1960 e se estendendo até os dias atuais. Já o recorte espacial se concentrou, inicialmente, no continente europeu e nos Estados Unidos. A partir da década de 1980, mormente, interpretamos as facetas explicitadas dos desdobramentos do movimento ambientalista no Brasil. No plano estrito do trabalho nos detemos ao processo de criação das unidades supracitadas. Para tal reunimos a análise de 2.191 jornais, entre os anos de 2000 e 2005, onde foram selecionadas entrevistas que constavam a criação das unidades em questão, fornecendo assim dados sobre o debate público. O processo de criação com mais de 3.000 páginas também foi alvo de interpretação.

O material documentado foi complementado com entrevistas gravadas em áudio. Todo o volume de informações colhidas teve como parâmetros teóricos de análise a relação entre os conceitos *conflito* – exposto em diferentes níveis – e *agenda pública* – este último relacionado a outras “agendas” – do ponto de vista da ecologia política.

O conflito enquanto categoria sociológica alternou seu sentido amplamente desde o primeiro esforço sistemático em defini-lo, entre o final do século XIX e início do século XX. Simmel sem dúvida foi precursor na tarefa de analisar o conceito *per se* e tem o mérito de efetuar pela primeira vez uma separação analítica entre as *causas* e o *fato* do conflito. O autor

atribui caráter de sociação ao conflito (SIMMEL), atrelando – em conluio com forças unificadoras – uma dimensão positiva ao conceito. A interpretação do conflito a partir da obra simmeliana é questionada, porém, básica para fazer uma releitura acerca do papel das divergências nas transformações sociais.

A hipótese dos conflitos como elemento de transformações sociais é corroborada pelo caminho trilhado na ascensão da temática ambiental como pauta de debates públicos e institucionais em todo mundo a partir da década de 1960. As revoltas estudantis do período e os debates sobre os riscos da degradação do meio ambiente culminaram, na década de 1970, na publicação do relatório *Limites do Crescimento* e, no mesmo ano, com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em 1972. Desde então os debates entraram nas agendas pública, institucional e de mídia.

Não obstante a existência de debates isolados acerca da questão ambiental desde a época do império, segundo Viola e Leis, em 1971 o ambientalismo no Brasil era marcado pela bipolaridade das relações, ora cooperativas ora conflitivas, entre as entidades ambientalistas e as agências ambientais estatais e, somente em 1985, a temática ambiental conseguiria reunir elementos que possibilitassem a inclusão de outros agentes ao debate ambiental (VIOLA e LEIS, 1995). Isto se processou devido à inclusão, na agenda pública nacional, de questões como a deterioração ambiental e redemocratização política. Fruto das discussões acumuladas até o limiar do século XX no Brasil em torno da questão ambiental, a Lei nº 9.985 instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – o SNUC. Nossa análise estrita se insere nesse ínterim, quando aproveitando-se desse novo mecanismo, segmentos da sociedade civil propõem criar um espaço especialmente protegido na costa.

Os debates em torno da criação das unidades remontam 2002 quando, fruto de conflitos pelos distintos usos sociais dos recursos ambientais marinhos, foi protocolado proposta de criação de unidade de conservação. Na ocasião 23 instituições se uniram em prol da proteção da área.

Desde então vem se sucedendo conflitos regulados – legitimados e institucionalizados – entre os agentes envolvidos configurando/reconfigurando constantemente o campo ambiental em questão. A variedade dos interesses envolvidos, que vão desde a exploração econômica de blocos petrolíferos até a pesca artesanal, de interesses indígenas à indústria do turismo, passando pelos interesses conservacionistas e preservacionistas de organizações não-governamentais, instituições públicas e comunidade em geral, conferem uma dinâmica de forças ímpar que influencia na consecução de políticas públicas para o local.

A capilaridade do campo ambiental pode ser facilmente reconhecida nos processos de políticas sociais e públicas envolvendo populações diretamente relacionadas com serviços ambientais. O meio ambiente enquanto fornecedor de serviços ambientais essenciais é um fator decisivo para a produção e reprodução de populações tradicionais. A degradação ambiental é fator decisivo para determinar o impacto na habilidade de produzir renda das populações altamente dependentes dos ciclos ambientais.

A explicitação dos conflitos pelos distintos usos sociais dos bens ambientais proporcionou a inclusão da temática na agenda da mídia. A busca pela explicitação dos conflitos é um mecanismo utilizado por forças sociais para provocarem a entrada da temática na agenda pública. Os movimentos sociais, sabendo que a resposta da sociedade à mídia é mais rápida que o inverso (FERANDES, 2006), buscaram o media mass para forçar a inclusão de temáticas na agenda pública e, conseqüentemente, na agenda institucional. Os conflitos obedecem níveis distintos de intensidade o que explica, além da polaridade, as gradações que podem variar de obstáculos à propulsores de mudanças. No processo de criação da APA Costa das Algas e do REVIS de Santa Cruz, os agentes sociais tiveram a habilidade de materializar um fato político em torno do qual houve uma mobilização. Esta por seu turno obteve êxito na pressão por colocar a temática nas agendas pública – via veículos de comunicação – e institucional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, Henri (org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Heinrich Böll, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- FERNANDES, Juliana de Brum. *A hipótese do agenda setting: estudos e perspectivas*. Disponível em: <<http://www.cem.itesm.mx/dacs/publicaciones/logos/anteriores/n35/jbrum.html>> Acesso em: 04 de set. de 2006.
- HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 2ª edição e 18ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SIMMEL, George. *La lucha*. In: *Sociologia 1: estudos sobre las formas de socialización*. [S.I.]: Alianza Editorial, Capítulo IV, pp. 265-355.
- VIOLA, Eduardo J.; LEIS, Hector R. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bisetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, Daniel Joseph; VIEIRA, Paulo Freire (orgs.). *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995, pp. 73-102.